



Canal Energia – 26 Set 2003

## **Agentes fecham documento com análises e sugestões sobre reforma do modelo CanalEnergia publica pontos principais da contribuição apresentada ao MME nesta sexta, formulada por associações e empresas do setor elétrico**

Oldon Machado, Mercado Livre  
26/09/2003

Após longas discussões e alguns atrasos, os principais agentes do setor fecharam nesta sexta-feira, dia 26 de setembro, a consolidação do documento intitulado "Análises e Sugestões à Proposta do Modelo para o Setor Elétrico", sobre o texto-base da reforma setorial lançada pelo Ministério de Minas e Energia em julho. A contribuição sintetiza as avaliações de diversos segmentos da cadeia produtiva, a partir do posicionamento de associações e grupos empresariais.

A expectativa do MME era ter recebido o trabalho ontem (25), mas o conteúdo só foi ratificado hoje, numa reunião pela manhã na sede da Abradee (distribuidoras), no Rio. A entidade, ao lado da CBIEE (câmara de investidores), foi a responsável pela coordenação dos grupos internos formados pelos agentes. A tarde, na sede do BNDES, no centro do Rio, representantes de empresas e associações formalizaram a entrega ao secretário-executivo do ministério, Maurício Tolmasquim.

O CanalEnergia obteve junto a fontes que estiveram presentes na formatação da contribuição o escopo do documento, cujos realizadores reiteraram não se tratar de proposta de modelo alternativo ao governo, mas sim de uma análise do que foi apresentado pelo MME. Apenas certos pontos do modelo proposto pelo governo chegaram foram objeto de consenso. As divergências entre os elaboradores foram mapeadas e explicitadas, acrescidas de justificativas.

Os comentários dos agentes baseiam-se nos objetivos principais de garantia de segurança do abastecimento ao mercado, de modicidade tarifária, do equilíbrio econômico-financeiro dos agentes e na preservação do ambiente competitivo. O documento, entretanto, teve como norte a abordagem de oito pontos principais: planejamento, contratação de energia, financiabilidade de novos projetos, transmissão, política tarifária, tributos e encargos, e questões emergenciais da geração e distribuição.

Veja abaixo os principais pontos da agenda formulada pelos agentes para a reforma do setor elétrico:

**Planejamento** - Na parte de planejamento, os agentes consideram inadequada a atribuição de penalidades a distribuidoras que tenham desvios na previsão quinquenal de mercado, e sugerem a eliminação do sistema de penalizações. Outra crítica é feita aos chamados projetos estruturantes, considerados por eles economicamente insuficientes. O documento propõe discussões amplas com os agentes e subsídios por recursos extra-setoriais para esses projetos.

**Relacionada à Fepe (Fundação de Estudos e Planejamento Energético)** - responsável pelo planejamento determinístico no novo modelo - é sugerida a inserção dos agentes tanto nas etapas do processo de planejamento quanto na governança do órgão. Os técnicos da fundação não deverão ter vínculos com empresas. A possibilidade de a Eletrobrás vir a atuar como gestora da Fepe e do OSI (Operador dos Sistemas Isolados) - órgão semelhante ao ONS - é amplamente rechaçada.

**Contratação de energia** - Um dos pontos de maior carga crítica à proposta do MME, as empresas e associações reivindicam a introdução de autoprodutores e produtores independentes (PIEs) - atuando juntos a clientes livres, comercializadoras e distribuidoras - nas licitações de outorga de hidrelétricas. Além disso, os agentes querem que a União estabeleça um limite percentual máximo da energia gerada pelos produtos licitados para os autoprodutores e PIEs.



Nas contratações com antecedência de cinco e três anos, os contratos firmados pelas distribuidoras seriam multilaterais, baseados nos volumes definidos pela Fepe e pelos preços dos leilões. Em prazos inferiores a três anos, as concessionárias fechariam contratos no percentual da carga descontratada, com preço limitado ao último leilão. É proposta ainda a contratação de volumes com lastro físico para as PIEs de hidrelétricas (a partir da energia assegurada) e para as termelétricas (pela capacidade de geração).

A contratação do pool seria focada na capacidade, com riscos repassados aos consumidores - que assumiriam ônus e bônus de riscos hidrológicos e desvios de mercado. Um dos pontos de discordância entre distribuidores e geradores está nos prazos opcionais para consumidores livres: os primeiros pleiteiam antecedência de três anos, enquanto os segundo desejam manter as bases atuais. A opção do consumidor livre não poderá impactar econômica e financeiramente para as distribuidoras.

Financiabilidade - Entre os temas relevantes neste quesito estão as formas de blindagem contra inadimplência do consumidor final. Os agentes propõem, entre outras medidas, o posicionamento do poder judiciário sobre a possibilidade de corte no fornecimento - com a alteração por Lei do Código de Defesa do Consumidor - a inclusão de inadimplentes nos cadastro de proteção ao crédito e a promulgação de Lei que determine que as contas se transformem em títulos passíveis de protesto.

Também é sugerida a compensação de tributos como ICMS e IPTU para inadimplência do poder público. A análise afirma que o arcabouço legal na geração de serviço público - base do pool - estabelece maior risco regulatório, engessando a atividade produtiva no setor. Entre os pontos considerados onerosos estão o processo de revisão tarifária, fiscalizações e auditorias. O documento propõe a manutenção dos produtores independentes de energia.

O texto apresenta visões distintas sobre a constituição das garantias - outro ponto considerado relevante para a obtenção de financiamentos - embora ressalte que a sustentabilidade financeira do setor resida nas distribuidoras. Os agentes pleiteiam a adoção de um índice composto entre IGP-M e o dólar, além da criação de um hedge denominado Fundo de Compensação Financeira para Geração de Energia Elétrica - no caso de não haver a indexação do dólar.

Política tarifária - Observada como ponto essencial para a garantia de financiabilidade em todos os segmentos do setor. Entre os itens que compreendem a sua definição, na visão dos agentes, está a revisão tarifária das distribuidoras, com críticas em torno da base de remuneração e da adoção da empresa-modelo. Também são pontos de destaque nesta esfera custos não-gerenciáveis, Conta de Variação da Parcela A (CVA), custos gerenciáveis, base de remuneração, custo de capital e subsídios.

Transmissão - Os agentes querem na proposta de modelo do governo a incorporação de metodologia para intensificar o sinal locacional relacionada às tarifas de uso do sistema de transmissão. Nas instalações de rede de conexão, a intenção é que as instalações de uso compartilhado, além de ampliação de subestações, fiquem a cargo das transmissoras, ao passo que as instalações de uso exclusivo em geral sejam de responsabilidade das distribuidoras.

Encargos e tributos - O documento de contribuição impõe a necessidade de atuação do Executivo quanto aos impactos para o setor elétrico no tocante à reforma tributária. Os agentes setoriais defendem ainda a redução da alíquota do ICMS para o consumidor residencial, a redução temporária do encargo de PeD e de eficiência energética, o recolhimento dos tributos apenas na parcela arrecadada do consumidor e a dedução dos valores não pagos pelo poder público do ICMS a ser recolhido.

Questões emergenciais da geração - Entre elas, a adoção de uma metodologia de preços na transição para o novo modelo. No primeiro ano, com o preço médio dos contratos iniciais das distribuidoras, e, nos quatro anos posteriores, variações em direção ao custo médio pré-estabelecido para energia negociada. A criação de conta gráfica para contabilização do excedente de energia pós-contratação de mercado pelas distribuidoras é avaliada como alternativa de fuga de possíveis prejuízos.



---

As geradoras sugerem ainda que a licitação de novas usinas ocorra somente após esgotados os recursos das concessões onerosas. Como alternativa de contratação a concessões onerosas, são levantadas opções de acordos bilaterais com distribuidoras (com limite de repasse a VN) e consumidores livres. Outra proposta é a isenção da obrigação que empresas de geração de São Paulo tem de sub-repassar a energia de Itaipu para pequenas distribuidoras.

Questões emergenciais da distribuição - Revisão da regulação econômica para consumidores livres; definição das obrigações das redes compartilhadas e exclusivas; instalação de medição única com tarifa de baixa renda geográfica, subvencionada por fonte exclusiva de recurso; conceituação e definição de fonte de recursos para universalização; e definição da fonte de recursos e do critério único de enquadramento - baseado no cadastro de programas sociais do governo - para subvencionar consumidores de baixa renda.